

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES: CONEXÕES HISTÓRICAS

XVIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA,
VIII COLÓQUIO DO PPGH



CONFLITOS DE CLASSE NA *PLANTATION* AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO: O CASO DA USINA CAXANGÁ

Arthur Victor Barros

Doutor em História (UFPE)

Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE/PE)

E-mail: arthur.gomesbarros@ufpe.br

Resumo

Este ensaio apresenta uma pesquisa em andamento sobre a história dos trabalhadores rurais em Pernambuco, destacando a relação entre direitos trabalhistas e violência patronal. A pesquisa foca na resistência dos trabalhadores da zona canavieira, onde usineiros, como Júlio Maranhão da Usina Caxangá, se opuseram ao cumprimento de leis trabalhistas, como o pagamento do 13º salário, usando práticas violentas. Nos anos 1960, os trabalhadores estavam organizados em sindicatos e Ligas Camponesas, que reivindicavam melhores condições de vida e a implementação da reforma agrária. Embora as Ligas tenham sido inicialmente proibidas, ressurgiram em 1955, associadas à luta contra o sistema de latifúndio. A Usina Caxangá foi palco de uma greve em 1963, quando trabalhadores exigiram o 13º salário, sendo um deles assassinado em represália. Este ensaio, portanto, busca contribuir para o aprofundamento da historiografia sobre os trabalhadores rurais, mostrando como as novas fontes continuam a esclarecer a tensão entre a evolução da legislação trabalhista e a violência patronal, enriquecendo as discussões sobre esse período da história de Pernambuco.

Palavras-chave: trabalhadores rurais; violência patronal; história social.

1. Notas introdutórias

Esta é uma pesquisa em curso, cuja discussão corrente ao longo deste ensaio será mais um ponto de partida para construir um caminho que não terá fim neste trabalho. O presente escrito, portanto, não tem a pretensão de apresentar resultados, mas apontar discussões à medida que emergem fontes esclarecendo questões importantes sobre a história dos trabalhadores rurais, marcada, entre outros aspectos, pela forte resistência patronal ao menor avanço da legislação trabalhista e organização desses trabalhadores. Na zona canavieira de Pernambuco, os usineiros, mesmo antes do Golpe Militar de 1964, apontaram suas armas para os trabalhadores que reivindicavam o cumprimento da legislação trabalhista, neste caso, o pagamento da Gratificação Natalina conhecida como 13º salário. Propomos, como ponto de partida, apresentar o usineiro Júlio Maranhão, proprietário da Usina Caxangá, como o indício que instigou a nossa investigação sobre as relações entre o direito do trabalhador e a violência patronal.

Em julho de 1963, o usineiro apresentou imagens aerofotogramétricas da usina numa reunião organizada pelo Grupo de Estudos do Açúcar (GEA), uma instituição privada e mantida por usineiros cujo fim foi a promoção de estudos voltados para a modernização agrícola da *plantation* canavieira em Pernambuco. Essas cartas foram produzidas por meio da fotografia aérea, técnica conhecida pelo nome de levantamento aerofotogramétrico e considerada avançada para o período. Durante a reunião, Júlio Maranhão apresentou aos técnicos do GEA os impactos que o levantamento poderia provocar no planejamento da agroindústria açucareira.

A participação de Maranhão nessa reunião chamou a atenção por dois motivos. Por um lado, ela reflete os interesses do GEA na construção da figura do “jovem industrial”, representado pelo usineiro comprometido com a incorporação de novas tecnologias e a modernização da produção açucareira. Por outro, o discurso que valoriza o avanço tecnológico e associa o usineiro a imagem do *homem do progresso* busca dissimular a violência com que a modernização foi imposta aos trabalhadores. Poucos dias após a exposição de Júlio Maranhão no plenário do GEA, um trabalhador foi assassinado no pátio de Caxangá. Morreu por reivindicar o pagamento do 13º salário, semelhante aos trabalhadores assassinados meses antes, em janeiro, no pátio da Usina Estreliana.

O discurso que envolve a imagem do “jovem industrial”, portanto, se estabelece diante de uma contradição: mesmo apresentados como modernos, *homens interessados na ciência técnica*, os usineiros mantêm suas práticas de coerção e violência frente ao avanço da legislação trabalhista e a mobilização dos trabalhadores. Ao tomar a figura de Júlio Maranhão como um indício, buscaremos desenvolver, em um outro momento, a pesquisa alinhada a seguinte hipótese: embora o período da democracia liberal no Brasil tenha sido marcado por intensa mobilização da classe trabalhadora e avanços na legislação, como a instituição do 13º salário e a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural, e mesmo diante de governos alinhados com os interesses dos trabalhadores, nesse caso, João Goulart e Miguel Arraes, a reação patronal será exercida por meio da violência, demonstrando como o estado de exceção na zona canavieira de Pernambuco é constante, mesmo em períodos considerados democráticos.¹

2. Descrevendo o cenário

No Brasil, a primeira metade da década de 1960 foi marcada por uma intensa mobilização da classe trabalhadora, tanto nas cidades quanto no campo. Essa mobilização buscava ampliar e garantir o cumprimento de seus direitos, bem como enfrentar as dificuldades impostas pelas precárias relações de trabalho e pelas difíceis condições de vida. Em Pernambuco, grande parte dos trabalhadores da zona canavieira estavam organizados em sindicatos rurais ou Ligas Camponesas. Entre suas principais demandas estavam o enfrentamento às precárias condições de vida e trabalho, o aumento salarial, o pagamento de gratificações previstas em lei e, sobretudo, a promoção de uma reforma agrária.

a) Ligas Camponesas

As primeiras Ligas Camponesas foram fundadas em 1946, articuladas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, elas foram proibidas pouco tempo depois, em consequência da cassação do partido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e da perseguição aos comunistas promovida durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, o primeiro presidente eleito sob a democracia liberal brasileira. Em 1955, as Ligas ressurgiram no contexto das disputas entre os moradores do Engenho Galiléia e o

¹ Penso o estado de exceção na *plantation* açucareira como a continuidade da violência colonial portuguesa, estabelecida em nome do progresso europeu, mas a custo da coerção, do medo, do racismo e da violência praticada por agentes do estado ou mercenários. No entanto, acredito que essas ideias devam ser discutidas em um outro momento apropriado.

proprietário, Oscar Beltrão. Para defender os direitos dos trabalhadores, foi formada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que buscou apoio no advogado e deputado estadual Francisco Julião. Entre as principais reivindicações do movimento estava a realização de uma reforma agrária no país. Vale destacar que, nesse segundo momento, o termo “Ligas Camponesas” foi popularizado pelo jornal Diário de Pernambuco como parte de uma estratégia para associar o movimento às organizações criadas pelo PCB na década de 1940. Essa abordagem buscava alimentar, no contexto da Guerra Fria, a narrativa de que o estado enfrentava uma 'ameaça comunista' representada pela organização dos trabalhadores.

b) Sindicatos rurais

Quando os primeiros sindicatos rurais foram criados em Pernambuco, sua atuação abrangia diversas regiões, dado que as propriedades canavieiras se estendiam por vários municípios. Um exemplo é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, Amaraji e Ipojuca, que também assistia os trabalhadores de Caxangá. Na década de 1960, a Igreja Católica, por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), organizou sindicatos e cooperativas com o objetivo de afastar a influência do PCB e das Ligas Camponesas entre os trabalhadores rurais. Entre seus principais articuladores destacaram-se os padres Crespo e Melo. Por outro lado, os comunistas também organizaram sindicatos a partir da década de 1950, como o Sindicato de Palmares, inicialmente formado na cidade de Água Preta. Um dos principais líderes desse movimento foi Gregório Bezerra, cuja atuação mobilizou milhares de trabalhadores.

3. O Caso da Usina Caxangá

Localizada no município de Ribeirão, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, a Usina Caxangá foi autorizada a operar em 12 de dezembro de 1894, por meio de decreto. Sua fundação integra o processo de concentração fundiária associado à modernização no final do século XIX. De acordo com o historiador Pedro Ramos, em Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil, a modernização do maquinário dos engenhos permitiu aumentar a produção açucareira, ampliando a quantidade de cana processada pelas moendas. Esse avanço resultou na anexação de engenhos menores, transformados em grandes propriedades centralizadas nas chamadas

usinas.² No caso da Usina Caxangá, ela foi formada pela anexação dos engenhos Caxangá, Lage, Caheté e Tolerância, e chegou a compreender 15 engenhos, dos quais 12 eram fornecedores de cana.

Em dezembro de 1962, os trabalhadores de Caxangá e dos engenhos que compunham o latifúndio exigiram de Júlio Maranhão o pagamento do 13º salário. O usineiro, no entanto, recusou o pedido, alegando que a usina enfrentava dificuldades financeiras. Diante da negativa, os trabalhadores iniciaram uma paralisação em janeiro de 1963. Entre janeiro e julho, poucos receberam o pagamento, restringindo-se, em sua maioria, aos funcionários registrados que trabalhavam diretamente na usina (fábrica).

Até julho de 1963, apenas poucos trabalhadores receberam o pagamento, geralmente aqueles com registro em carteira e vinculados diretamente à usina. Diante do descumprimento dos acordos firmados entre a usina e os trabalhadores, intermediados pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), os cortadores de cana decidiram suspender suas atividades. Durante um piquete, o trabalhador José Alves de Lima foi assassinado no pátio da usina, marcando um desfecho trágico na luta pelos direitos dos trabalhadores.

O Golpe Militar impactou profundamente a organização dos trabalhadores, resultando na desarticulação dos sindicatos, na prisão de lideranças e na eliminação de figuras-chave do movimento. Apesar disso, os trabalhadores encontraram formas de reivindicar seus direitos, recorrendo à Justiça do Trabalho. Esse contexto representa uma oportunidade valiosa para a pesquisa, pois revela como os trabalhadores mantiveram sua articulação mesmo sob repressão. Com base na documentação disponível no acervo do Laboratório de História e Memória da UFPE (LAHM/UFPE), será possível ampliar os limites da investigação por meio da análise das reclamações apresentadas pelos trabalhadores de Caxangá.

4. Nossas fontes

Num primeiro momento, privilegiamos os periódicos como fontes principais, uma vez que a análise dos jornais permite compreender as narrativas

² Cabe ainda mencionar que os senhores de engenho sem recursos, inclusive estatais, para modernizar suas instalações seguiram dois caminhos: tornaram-se fornecedores de cana para as usinas ou continuaram operando com capacidade de produção reduzida. Geralmente, os engenhos que mantiveram suas atividades produziam açúcar ou derivados para o mercado local.

estabelecidas sobre os eventos. Foram consultados, nesse sentido, o Diário de Pernambuco e o Última Hora. A escolha desses jornais baseia-se na compreensão de suas linhas editoriais e nos grupos sociais que representam. O Diário de Pernambuco, por exemplo, frequentemente reproduzia os interesses da classe dominante, retratando os trabalhadores organizados como “sujeitos perigosos para a sociedade”. Durante as décadas de 1950 e 1960, a cobertura das Ligas Camponesas em Pernambuco fomentava, junto à opinião pública, a ideia de que “agitadores comunistas incitavam uma revolução no campo”. Em contraste, o Última Hora denunciava as práticas de violência empregadas pelos usineiros contra os trabalhadores, incluindo sequestros, torturas e assassinatos. O cruzamento dessas fontes possibilita observar o conflito a partir das perspectivas de dois campos opostos: os interesses da classe patronal e dos trabalhadores.

Com base nessas informações preliminares, aprofundamos a pesquisa por meio de outros acervos. Destaca-se o acesso aos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Apesar da interdição do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, onde estão guardados esses documentos, devido ao risco de desabamento³, conseguimos acessar parte das fontes por meio do banco de dados Memórias Reveladas. A leitura dos jornais foi crucial para identificar nomes como o do vigilante Osório Tenório Cavalcanti, responsável pela morte do trabalhador José Alves de Lima. Entre os documentos analisados, encontramos o prontuário do vigilante, que inclui relatos das autoridades policiais sobre os eventos ocorridos em Caxangá.

Além dos arquivos policiais, destacamos os trabalhos recentes da *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, instituída em 1995, e da *Comissão Nacional da Verdade*. Esses esforços têm sido fundamentais para a historiografia ao introduzirem novas fontes documentais à medida que registros oficiais são liberados e analisados. Um exemplo relevante é a obra *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985*, organizada por Ana Carneiro e Marta Cioccarri, com contribuições de historiadores como Christine Rufino Dabat, Antonio Torres Montenegro, Maria do Socorro Abreu e Lima, e Socorro Ferraz. Entre os relatos apresentados na obra, destaca-se o de Marcos Martins da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores

³ Sobre a situação do nosso Arquivo Público e o descaso das autoridades frente ao valor que essa documentação representa para a comunidade dos historiadores, cf. [https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/06/15478795-em-estado-de-abandono-arquivo-publico-de-pernambuco-sofre-com-problemas-estruturais-parte-do-teto-desabou.html]. Acesso em: 18 nov. 24.

Rurais de Escada. Em janeiro de 1963, durante uma negociação da categoria com o usineiro, Marcos foi sequestrado, mantido em cativeiro na Usina Caxangá e torturado por policiais e capangas a serviço da usina.

Inicialmente, os jornais e os arquivos policiais consistiam nas principais fontes da pesquisa. Contudo, à medida que o trabalho avançou, outras fontes emergiram. Um exemplo é o dossiê sobre o Projeto de Lei 440 de 1959, que documenta a tramitação da lei que instituiu o 13º salário no Congresso Nacional. Essa fonte inclui registros das discussões parlamentares sobre o projeto, permitindo compreender o embate em torno de sua aprovação. Representantes da classe patronal, à época, argumentaram que a medida teria impactos negativos na economia brasileira. Curiosamente, mais de 60 anos depois, argumentos semelhantes são utilizados contra iniciativas como a proposta de redução da jornada de trabalho apresentada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP), sob a justificativa de que tais mudanças “destruiriam a economia”.

A descoberta mais recente consiste em uma série de reclamações trabalhistas apresentadas na Junta de Conciliação e Julgamento de Escada, encontradas no acervo do LAHM/UFPE. Esses documentos, que incluem homologações e reclamações trabalhistas, ampliam os horizontes da pesquisa. Além das notícias e dos relatórios policiais, os registros da Justiça do Trabalho evidenciam como o acesso dos trabalhadores ao sistema judicial se tornou uma ferramenta de resistência contra os patrões, mesmo em um contexto de repressão durante a ditadura militar.

5. Considerações finais

Este ensaio busca delinear um percurso, apresentando fontes e discussões de uma pesquisa em andamento, funcionando, assim, como uma introdução preliminar ao trabalho principal. Procuramos, ao longo desta reflexão, explorar algumas das ideias centrais que orientam a investigação, bem como apresentar, de forma parcial, as fontes utilizadas e os possíveis caminhos interpretativos que elas sugerem.

Embora seja comum ouvir que o tema teria esgotado suas possibilidades de discussão, o aprofundamento no exame de novas fontes contribui para esclarecer dúvidas persistentes e enriquecer a produção historiográfica sobre a história dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Pernambuco.

6. Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos, projetos. 2a Ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. [s.l.]: Cortez Editora, 2005.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco.** Recife: Editora Massangana (FUNDAJ), 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart:** As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. 8a edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2010.

BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964).** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALLADO, Antônio. **Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco.** Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão.** Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962-1985.** Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

DABAT, Christine. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. [s.l.]: Editora Universitária UFPE, 2007.

Dossiê: “O Longo Ano” DE 1963. Revista Cadernos de História UFPE, v. 10, n. 10, 2014. Disponível em: [https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1986]. Acesso em: 8 nov. 2021.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: Editora UFPE, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: Revista de História**, v. 24, n. 2, 2018. Disponível em: [https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880]. Acesso em: 26 out. 2021.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

NEGRO, Antônio Luigi; TEIXEIRA, Fernando. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - vol. 3: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1a. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses**. Pernambuco, 1963. Revista Estudos Históricos, v. 29, n. 59, p. 745–766, 2016.

ROGERS, Thomas D. **As Feridas mais Profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. 1ª ed. São Paulo; Editora Unesp, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.